

DIMENSÕES QUALITATIVAS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.

Enio Waldir da Silva¹

Maisa Saldanha²

A participação democrática é um tema sempre recorrente nos estudos políticos das últimas décadas. A questão central é saber sobre a qualidade dos processos participativos em grupos que cujo processo decisivo é essencial. Os chamados grupos auto-gestionários necessitam que as atividades sejam mediadas por planejamento, implementação e avaliação de resultados. Discutimos aqui as dimensões da democracia participativa nos grupos emergentes em situações de exclusão social, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis, integrados ao movimento de Economia Solidária. Nosso método é a pesquisa-ação participante, em associações de catadores na cidade de Ijuí-RS. Para garantir os fins da Economia Solidária em grupos específicos é imprescindível a participação efetiva dos sujeitos com a consciência solidária, com responsabilidade e como efeito do caráter libertário emancipativo que a auto-organização exige. Usamos a Teoria de Jürgen Habermas, de Alain Touraine e de Boaventura de Sousa Santos para abordar os limites e possibilidades práticas da democracia participativa vivenciadas nesses grupos. O resultado é extremamente parcial, dado a premência das necessidades de renda e a fraca cultura democrática dos indivíduos ali presentes, porém o aprendizado possui significado especial.

Palavras-chave: democracia participativa; Vulnerabilidade social; Economia Solidária; auto-organização; movimento social.

¹ Dr. Sociologia - Professor e pesquisador da Unijui. Mestrado em Direitos Humanos.

² Aluna do Mestrado em Direitos Humanos da Unijui.

DIMENSÕES QUALITATIVAS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.

Introdução

As circunstâncias das relações de poder na modernidade produziu efeito desvalorização cultural dos processos participativos, além de viciá-los e desviá-los de sua essência constitutiva. Além da onda da divisão do trabalho que promove ideias de que a gestão dos processos coletivos é função de especialistas, também o *eleitoralismo partidocrático* empurra a população para sequência de eleições que tira a identidade das propostas e a importância do voto.

Trata-se de um democratismo irracional que finge dar poder a quem vota e encurrala os votantes na institucionalidade representacionista dos que ocupam cadeiras no legislativo e no executivo. Reforça os vícios do comportamento do eleitor que apenas delega poder a quem vence a eleição. Quem vence a eleição governa como quiser e embora se tenha um relativo respeito aos direitos políticos, não há respeito aos direitos da maioria e a tal representatividade se caracteriza pela irresponsabilidade política, pois fogem de todas as formas de controle e prestação de contas, criando um abismo entre representantes e a população. Sustentam a troca de favores, corrompendo a relação entre os poderes. O sistema político é capaz de produzir uma legalidade abrangente, normatizada, porém é incapaz de fazer o Estado presente na sua implementação e tampouco a sociedade desorganizada consegue exigir a submissão do governo à legitimidade racional técnica (Campilongo, 2010).

Daí que nos encontramos diante da fragmentação do Estado, enquanto expressão estruturada do poder coletivo, expressa na máquina burocrática irracional, ineficiente e *desequipada*. Os sistemas sociais particulares são funcionalmente isolados e auto-estimulados. Quando há sobreposição de funções, o poder passa a ter donos e falsifica a democracia. Trata-se de máquina sempre exposta aos grupos pilhadores do Estado, que a transformam em um balcão privilegiado de negociações e corrupção, beneficiando facções e privatizando os benefícios que deveriam ser distribuídos a toda a população. A população, impotente diante do quadro estrutural, não encontra formas de contrapor-se à essa fragmentação. Além de produzir impunidade e ineficácia, a mencionada fragmentação produz também uma exasperada atomização da sociedade, no sentido em que perde-se de vista o sentido da unicidade nacional. Tudo isso deságua em

frustrações públicas, e propiciam o surgimento de explicações fáceis para o fracasso (políticos corruptos, eleitores ignorantes, etc). Além disso, surge também a falácia contemporânea mais difundida: sai a política e a economia assume o posto. Boaventura de Sousa Santos (2002), nos mostra uma tipologia da participação na atual democracia representativa:

- TERAPIA: Os condutores preparam os atores para manter o controle;
- MANIPULAÇÃO: Presença para ratificar decisões tomadas pelas lideranças ou técnicos; (níveis baixos de cultura democrática, onde se dissolve as responsabilidades e se sabota a participação escondendo informações).
- INFORMAÇÃO: Apenas apresentam as informações sem comunicar.
- DELEGAÇÃO DE PODER: A população delega a entendidos as tomadas decisões ou de levar as decisões avante.
- CONSULTA: Se faz a consulta, mas não se leva adiante o que foi consultado;
- PACIFICAÇÃO: Levam pessoas respeitáveis para a participação que pertencem a grupos contrários e esta pessoa não é cobrada por seus posicionamentos, apaziguando os conflitos.
- PARCERIA: Grupos legítimos fazem parcerias com os detentores do poder, negociam formas de cooperação, decisões. Repartem o poder entre eles
- CONTROLE CIDADÃO: Os atores participam da discussão, da tomada de decisão e fiscalizam a sua implementação (Alto nível de cultura democrática onde há a validade e legitimidade da participação e a conseqüente transparência do poder compartilhado).

Mas os vícios maiores da participação está submetido a falta de espaços de diálogos sobre propostas amplas e se fortaleça a motivação para processo deliberativos criadores d capacidades de discernimentos. É a própria humanidade de cada ser humano exercitando sua essência na permanente participação que fundamenta-se no diálogo, no compartilhamento, no sentido crescente de pertencimento, reconhecimento de igualdades e diferenças e busca de sustentabilidade social, antropológica, ecológica das vidas em sociedade.

1-O Conteúdo da Democracia: a Participação

O processo participativo, não se resume apenas a um conjunto de ações organizadas e compartilhadas em benefício da instituição, mas **é uma filosofia**, que exige a construção interativa de uma postura que, por sua vez, também pressupõe revisão de atitudes em relação à vida solidária, ao trabalho, a gestão dos bens coletivos. Geralmente, isso nos remete a uma prática complexa, difícil de ser concretizada porque

uma instituição essencialmente coletiva e organizada, não pode figurar como “vitrine política”, instrumento para fazer da comunidade um veículo de falsa “utilidade pública”, entre outros instrumentos de mediação de poder sobre os excluídos sociais. A democracia dever ser como um meio e um fim, contido no processo associativo ou cooperativo, construído através do planejamento participativo, desde os momentos de diagnóstico, passando pelo estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas, execução e avaliação, além de projetos específicos de interesse da coletividade, que devem ser sistematicamente avaliados e revitalizados.

A prática de gestão democrática somente se sustenta de tiver os pressupostos de cultura e concepções significativas que primem pela perspectiva da educação como um processo libertador/emancipador que constrói a cultura do diálogo, da participação, da conquista de autonomia e da democracia, o compromisso político, ético e estético com a construção de uma sociedade mais justa. Não se trata de burocratização de procedimentos, mas dar a palavra aos participantes para gerar a responsabilidade da escuta, como um convite a motivação racional para entendimentos das proposições coletivas.

Neste sentido, recorremos a Habermas para identificar o sentido justo de uma participação que requer novas razões públicas da vida republicana. Um dos elementos fundamentais da participação é diálogo direto, amplo, aberto e franco. A compreensão do tipo “participação” e também necessária para a efetivação dos interesses coletivos, pois se constitui em um grande desafio diante da gramática do social, da gramática do instituído, das ciências e da complexidade da urgência e da emergência do tempo em que vivemos. Como uma das qualidades da democracia, a participação não implica apenas a presença física dos sujeitos nas instâncias planejadoras, decisórias e de execução das ações. É preciso que se participe de forma qualificada pelo uso do argumento e de informações, de fala e de escuta, ou seja, precisa-se criar uma prática de diálogo que assegure a essência das relações criativas dos saberes diferenciados.

Precisa-se de disposição para falar e ouvir, entendendo e fazendo esforço para que o outro a entenda a sinceridade dos interesses, respeito pela fala do outro, ambiente apropriado para a fala, construção coletiva dos entendimentos e a formulação da argumentação que vai orientar as ações coletivamente planejadas. As capacidades comunicativas advêm da consciência dos contextos políticos, sociais e culturais. A efetivação dos processos participativos de fato somente acontecerá se tivermos espaços de falas os entendimentos mútuos. Na maioria dos casos a fragilidade da participação está

enraizada na lógica capitalista da concorrência. Foi no capitalismo que se encerrou o indivíduo em uma cultura de vivência em que uns deveriam tratar o outro como estranho e competir com ele. *Cada um por si* foi uma norma implícita a esta cultura de mercado destrutivo. Os ideólogos viam a pessoa como uma fonte de lucro, um sujeito que produz, consome e faz circular mercadoria para gerar o grande ente social: *dinheiro para o lucro de acumulação privada*. O mercado capitalista, da forma como foi estruturado, nunca foi um lugar da livre disposição dos produtos do trabalho do homem e nem lugar da livre demanda e livre oferta. Virou lugar para alguns monopolizarem o lucro, onde apenas alguns ofertam e alguns conseguem comprar. Este mercado – lugar sagrado do liberalismo - destruiu grande parte dos laços de solidariedade, transformou as cidades em lugares de concentração de propriedades imobiliárias, de trocas, de acumulação de lucros e de forças que atacam a cultura de solidariedade, confinando o indivíduo nos cálculos de benefícios particulares e concorrenciais. A reza liberal diz se sucesso, mérito teu, se fracasso, culpa sua. Interiorizando o destino e mortificando as relações sociais e os processos amplos que sufocam as existências o homem moderno recolheu-se a seu Eu e passou a cuidar do seu mundo e não percebeu que para assegurar a si precisava reconhecer o outro, dialogar com ele, afinar interesses e juntos buscarem soluções para os problemas.

As interações sociais baseadas na obediência, na exclusão, na negação, no preconceito não podem ser ditas sociais, pois negam a nossa condição de biológica básica de seres racionais e afetivos e solidários e promovem a cultura do não reconhecimento na competição e nos faz sofrer diante dos mínimos obstáculos individuais. Segundo Habermas (2005), a modernidade obteve o sucesso de desviar a razão humana de seus fins libertários e emancipador para a razão instrumental impedindo a fala dos homens. A fala foi colonizada. A missão da democracia atual é produzir espaço para reflexão de descolonização e construção de uma nova modernidade mais comunicativa e menos instrumental.

Aprofundar o entendimento da razão que vivenciamos, entender a forma sobre como os sujeitos capazes de linguagem e de ação fazem uso de um saber adquirido tanto nas racionalidades presentes nas ações sobre a natureza (trabalho), como nas racionalidades presentes nas manifestações simbólicas, capazes de justificar opiniões. Uma crítica que dê conta das patologias da sociedade moderna, que aponte as crises de fundamentos das categorias de poder (Estado) e do saber (razão) e coloque-se sempre aos desafios de um processo reflexivo que redimensione a emergência de um novo tipo de racionalidade ética. (Habermas; 1983). Trata-se, agora, da questão de construir uma

racionalidade comunicativa onde seja reabilitadas as estruturas de comunicação, onde seja valorizado o ato de falas com pretensão de validade e sejam resgatados, discursivamente, estas pretensões, para descolonizar o mundo da vida, além de criar as condições ideais de falas, os espaços públicos de diálogos com pautas racionais e universais. Colocar os argumentos científicos em comunicação e integrar o mundo social, fazer com que a ciência se tornasse novamente a reestruturadora do saber contemporâneo para construir um projeto humano, formador da identidade de si mesmo e do mundo. O objetivo da nova razão comunicativa é fazer brotar as forças práticas do pensamentos cotidianos, reunir as perspectivas democráticas intrínsecos aos conhecimentos, às inovações científicas e as múltiplas reflexões que fazem em instituições, organizações, associações, movimentos sociais, etc.

Hoje temos a necessidade concreta de estabelecer práticas de diálogo com igualdade entre as partes em diálogo, como diz Habermas (2005) de forma a constituir o outro pela relação cultural, tanto como imaginário coletivo, quanto como prática cotidiana de relações econômicas escolares, religiosas e culturais. Um diálogo aberto, franco, honesto e democrático que não seja apenas um olhar simpático ao outro que, historicamente, sofreu a dominação. Não se pode mais dizer que o outro não existe no mundo porque sua cultura é inútil por ser velha, ultrapassada, primitiva, não moderna ou pós-moderna. Esse diálogo a é uma **tarefa intelectual**, porque implica a pesquisa dos fundamentos e das raízes das culturas em presença; **tarefa política**, porque as culturas em presença são culturas da polis, da sociedade e não de sujeitos privados, singulares; **tarefa econômica**, porque estabelece as condições da distribuição e do consumo dos bens culturais; **tarefa educativa**, porque a experiência do diálogo cultural precisa ser feita na escola, nas instituições religiosas, nos espaços de lazer, no trabalho etc.

Não podemos fazer com se continue olhando e sentindo os outros como estranhos e hostis. E isso pode agravar-se ainda mais quando os únicos propositores do diálogo são os grupos que dispõem dos poderes culturais pelo domínio de seus meios globais. O maior desafio é criar e enraizar a cultura de solidariedade como valor que faz parte do indivíduo, pois cada um deverá saber não apenas do que se trata, mas acreditar firmemente nela, incorporar a ela uma parte de sua identidade e de sua autoestima, sentir que, quando se mostra solidário, está de acordo com a cultura do grupo a que

pertence, não aparecendo como um ingênuo, e sim como uma pessoa generosa e sensata. Ou seja, deverá existir uma forma de reciprocidade, pois não estamos falando de “santo”, que deve dar sem jamais receber nada em troca, mas esta deve ter por base *um bom cálculo*, a afetividade e um contrato social que expresse responsabilidades mútuas inerentes também à suas implicidades e implicabilidades. A solidariedade contém visões de mundos, filosofia de vida e também experiências de vida inter e entre famílias, comunidades escolares, comunidades religiosas, associações, sindicatos, clubes..., mas se enlaça com os objetivos dos processos educativos sociais. O sistema educativo não pode, como uma igreja, apostar exclusivamente na prescrição, limitar-se a afirmar "É preciso ser solidário!". Seu papel é desenvolver a compreensão do mundo social, do meio ambiente, tentar levar alguém a se dizer "Como se pode não ser solidário quando se vê e se compreende o que se passa em nosso mundo?". Se cada um aceitasse colocar-se certas questões e considerar as implicações de seus atos para os outros e o conjunto da comunidade, certas decisões não-solidárias seriam mais difíceis de tomar. É preciso reforçar a lucidez e proporcionar hábitos e ferramentas intelectuais que ajudem a compreender as implicações de nossa ação e seu significado no que se refere aos grandes princípios, da solidariedade, justiça, democracia, respeito às diferenças ou ao meio ambiente, por exemplo. Solidariedade é a nova razão que emerge da compreensão de que nossas esperanças somente serão satisfeitas na conexão com as esperanças dos outros...Neste sentido, recuperar a idéia de solidariedade é enraizar a cultura da responsabilidade. Amartya Sen (2000), assim se pronuncia sobre esse tema: Uma pessoa não deveria ser inteiramente responsável por aquilo que lhe acontece? Por que outros deveriam ser responsáveis por influenciar a vida dessa pessoa? Essa idéia parece estar na mente de muitos comentaristas políticos, e a concepção do esforço pessoal encaixa-se bem no espírito da época presente. Quem melhor do que o próprio indivíduo há de zelar por seus interesses e problemas? É na ação prática que podemos visualizar esta razão democrática e solidária que se exige da participação.

2-Economia Solidária e a Participação

A economia Solidária é, então para nós, um *movimento social que agrega as propostas civilizacionais de construção de uma nova plataforma cognitiva organizadora de uma nova estrutura social, um novo modelo de desenvolvimento sustentável social, econômica, política, ecológica e culturalmente*. Iniciou nas

ansiedades dos excluídos, se direciona a todos que querem diminuir as ansiedades humanas e está para além do existente em termos de Estado, Sociedade Civil, da Tecnologia, do Direito, da Pedagogia etc. que temos hoje, pois reinventa o mundo do trabalho e das relações sociais. Não se trata apenas de *criar riquezas a partir dos pobres para os pobres ou de não sermos mais irmão pobre da grande economia*.

Frantz (2008) nos mostra que a Economia Solidária é um projeto emancipatório e não se restringe a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal. Se fundamenta na cultura da cooperação, da solidariedade e da partilha. Ela rejeita as práticas da competição, da exploração e da lucratividade; rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul; confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de autoregular para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais; confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital; afirma a gestão pública e coletiva dos meios e recursos para produzir riqueza de forma sustentável e nega o sistema em que a grande maioria dos trabalhadores está privada do direito à propriedade e à gestão dos meios e recursos para produzir riquezas.

A Economia Solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto; Busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só consegue compartilhar a miséria e a desesperança; Contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica. A Economia Solidária não se define pela chamado Terceiro Setor pois afirma a emergência de um novo ator social (Walter FRANTZ)

Para Frantz (2008), a Economia Solidária é um embrião de uma nova cultura de responsabilidade individual e coletiva, de cooperar para solidarizar e que para tanto abriga indivíduos livres que lutam por muito mais de que a mera satisfação das necessidades imediatas. Esse processo relacional é educativo porque cria a cultura de que o outro é bom, acessível e importante para um viver junto ao outro. Mostra que a solidariedade não é misericórdia do outro, mas integração das qualidades daquilo que se faz, valorizando o trabalho humano para emancipação transcendente, que coloca em cooperação as inteligências e as boas energias do ser humano. É preciso reconhecer e mostrar que a solidariedade, a cooperação, a sustentabilidade e o equilíbrio ecológico são respostas aos grandes problemas sociais que nos atinge. É como um movimento social e pedagógico com significado político que encarna a construção compartilhada da ética e da vida humana, permeada pela alegria do e no conhecimento coletivo (Barcelos, 2010; 181).

Seguem-se os esforços para construir entendimentos de que os empreendimentos da economia solidária são uma forma pela qual o trabalhador se apodera de uma cidadania ativa em vista da construção de outra cultura econômica e gerencial. Dela é possível emergir geradores de renda e trabalho, as cooperativas de consumo solidário e as cooperativas de crédito solidário, os clubes de troca, as associações sem fins lucrativos que não produzem renda para seus sócios, as organizações cooperativas ou não, cujo objetivo se limita ao bem-estar dos seus sócios e têm dimensão política capaz de produzir novas relações sociais em vista de uma mudança de sociedade. Os valores de solidariedade cultivados na economia solidária passaram a ser uma construção que se afina com algo de desejo, de projeção, de idealismo, de justiça social e se tornaram objeto de teses, artigos, cursos de formação via sindicatos, organizações de desenvolvimento solidário e órgãos do governo, e assessoria a alguns desses empreendimentos.

Nas universidades, por exemplo, multiplicam-se as incubadoras de cooperativas populares³. Passou a economia solidária a se constituir experiências concretas heterogêneas que podem ser assim agrupados: os projetos alternativos formados por pessoas de baixa renda situadas à margem do mercado formal, incluídos os clubes de troca; as cooperativas autogestionárias de trabalho ou de produção (onde encontramos, por exemplo, as cooperativas dos assentados do MST); e as empresas auto

³ Temos mais de 45 incubadoras no Brasil, e a maioria delas são organizadas por universidades formando a rede de ITCs.

ou cooeridas pelos seus trabalhadores oriundos de empresas falidas do mercado formal. As características comuns aos empreendimentos solidários são: a participação coletiva no trabalho e nas decisões de gestão, a posse coletiva dos bens e a repartição das sobras entre os trabalhadores, com a eventual constituição de um fundo solidário para a criação de novos empreendimentos solidários. Daí, então, apoiadores de toda ordem começam a aparecer:

Encontramos projetos financiados pela Cáritas (Igreja Católica), por ONGs estrangeiras, pela CUT, pelos governos estaduais (como o do Rio Grande do Sul) ou municipais, e por órgãos públicos como a Finep (Programa de Financiamento das Empresas Autogestionárias, lançado em 1996) ou, ainda, por bancos cooperativados, mas trata-se, em geral, de financiamentos onde encontramos tanto verbas públicas como da sociedade civil (LECHAT, 2004;132).

Atividades intelectuais se integram ao movimento com seus estudos, cursos, pesquisas, explicitando-se em teses em encontros, seminários, publicações acadêmicas. Ampliam-se atividades de formação, promoção e apoio baseados em financiamentos, assessorias para fomento e consolidação de cooperativas populares. Os empreendimentos são reunidos em encontros, feiras, clubes, centrais, fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais, formam-se redes (inclusive eletrônicas) e entidades de apoio nacional e internacional para a elaboração de uma legislação apropriada, de marcas ou etiquetas para *marketing*, acesso ao crédito, formação e qualificação, moedas alternativas, etc. Por isso a Economia Solidária, hoje, se constitui numa agregação de lutas diversas, mas é, ao mesmo tempo, um espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a autorrealização do produtor. A expressão economia solidária é própria dos discursos que criticam a economia capitalista e, segundo Frantz (2008), vai ter novos rumos práticos nos debates relacionados aos esforços da luta contra a exploração do trabalho humano, no contexto das relações econômicas capitalistas e de frustração da experiência de socialismo real existente, no século XX, implementada pelo mecanismo do planejamento e intervenção estatal central.

A essa tradição de luta, então, ligam-se as demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) e a partir daí passaram a ser tratadas como "resquícios atrasados" que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas. De fato, muitas dessas formas foram transformadas em simples instrumentos técnicos de inserção na economia de mercado sob a lógica da remuneração do capital, da acumulação e do lucro (FRANTZ, 2008).

Na medida em que o trabalho foi perdendo seu sentido humano para a lógica do capital, mais trabalhadores foram excluídos dos seus empregos e mais se ampliou o trabalho precário, sem garantias de direitos. É justamente aí que foi absorvido o contingente de excluídos da economia formal, chegando, em alguns países, a significar a metade das atividades da mão de obra (Brasil, no final da década de 80). A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

No dizer de Gaiger,

Que exigências apresentam-se aos empreendimentos solidários, para que mantenham os seus traços distintivos? Penso serem três: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e de externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca. Se isto vier a ocorrer, estaremos presenciando uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no âmago da produção da vida material e sócia (GAIGER, 2003).

Independente dos desdobramentos futuros é fundamental que a Economia Solidária seja uma nova prática— aquela de uma nova inserção no mundo do trabalho e da economia – que pode gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática. Esse é o requisito básico, posto nas experiências de economia solidária atualmente em curso, que motiva a ir em busca das possibilidades de cumprimento daquelas exigências. Essas diferencialidades e igualdades são percebidas pelos grupos incluídos que vão aos excluídos.

Em muitos lugares se percebem sabedorias subjacentes, não colonizadas e nem colonizadoras. Assim, se os laços vivos da liberdade persistem contra a lógica perversa do aprisionamento do lucro imediato, não há por que, como diz Habermas, nos desesperarmos com o poder, a razão e o Estado. Estamos vivos, pensantes e capazes de linguagem, na universidade, na rua, na associação, na comunidade, então tudo pode ser criado. Como diz Boaventura de Sousa Santos, existem muitas experiências de vidas

emancipadas espalhadas por aí, necessitando de serem unidas em uma nova alternativa de vida, em uma nova epistemologia e na utopia da igualdade, que continua viva.

A esfera pública está para além do Estado e nas entranhas da sociedade na qual estão os indivíduos com linguagem, capazes de crítica e produção de entendimentos para ações interconectadas, mesmo que esta linguagem esteja mediada por tecnologias, instituições, etc., ou seja, não é possível desprezar os ciberespaços e os cenários midiáticos que introduzem novos públicos e com diferentes forças discursivas capazes de alterar a natureza ética e dialética dos debates políticos (para virar apenas retórica). É neste sentido que se vê a necessidade de formalizar ou de criar espaços institucionalizados para discussões deliberativas, com regras procedimentais que garantam a razão pública dos interesses e possam facultar atos discursivos ideais e livrar os discursos de instrumentalismos implícitos em diferentes capitais culturais portados pelos indivíduos. O único poder que ali prevalece é o da fala. Tem-se a igualdade de forças das vozes motivadas para o entendimento. As dimensões ideológicas, multiculturais e emocionais das linguagens tornam-se públicas e podem ser objeto de diálogo para que no final prevaleça a dimensão racional das razões públicas e suas motivações locais, nacionais ou globais. De qualquer forma, a esfera pública é expressão de espaços semelhantes a condutos comunicativos estimuladores do imaginário social e propiciam a constituição de sociedades mais comunicativas.

A *Sociologia das Emergências* e o *Conhecimento Prudente* de Boaventura de Sousa Santos, nos provoca a criar compreensões de que as situações dos atores sociais com os quais vamos trabalhar são de ansiedade premente e de que essas mesmas ansiedades contêm em si a forma e o germe para se propor alternativas de viver, trabalhar e distribuir rendas. A própria Economia Solidária já traz em si experiências do campo alternativo ao capitalismo. Isto é tornar a economia em uma forma de socialização e cidadania, pois, na medida em que vai dando certo a participação, a coexistência e a complementaridade, vai motivando cada vez mais a participação, tornando-se em novíssimo movimento social, implementando o experimentalismo democrático.

Boaventura de Sousa Santos faz uma releitura da modernidade para ver como ela se instituiu em suas dimensões sociais, culturais, políticas e jurídicas. Destaca os elementos emancipatórios da Ciência, do Direito e do Estado, da luta dos excluídos e incluídos e procura reunir as experiências democráticas e democratizantes para traçar um novo mapa do futuro fortalecedor do pensamento alternativo ao capitalismo. Neste

sentido passa a valorizar em seus estudos experiências novas que possam ser globalizadas. São as vivências inovadoras desconsideradas – *desperdiçadas* – pelas pesquisas sociológicas, que o autor busca a fim de pensar na forma de atar redes existentes e as possíveis redes de inovação que vierem a existir. Trata-se de oxigenar a democracia, refundando a autoridade compartilhada a ela inerente. A esperança é numa pós-modernidade que equilibre os elementos emancipatórios e regulatórios, uma ciência que produza conhecimentos prudentes, descentes, emergentes e urgentes. Na seara da política, a abordagem de Sousa Santos se refere à globalização neoliberal hegemônica e não é a única. De par com ela e em reação à ela, emerge uma outra globalização, constituída pelas redes e alianças *transfronteiriças* entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais, nos diferentes cantos do globo. Essa mobilização se dá contra a exclusão social, da precarização do trabalho, do declínio das políticas públicas, da destruição do meio ambiente e da biodiversidade, do desemprego, das violações dos direitos humanos, dos ódios interétnicos, etc. e propõe outra globalização alternativa e contra-hegemônica, organizada da base para o topo da sociedade.

É uma reinvenção da emancipação social que visa a desenhar novos horizontes de emancipações sociais a partir de práticas que ocorrem em contextos específicos para dar respostas a problemas complexos. A partir disso não são possíveis soluções universais válidas em qualquer contexto. Subjaz este processo o tema da democracia participativa e os horizontes que interpelam a possibilidade de ampliar o cânone democrático. Ampliando o cânone hegemônico da modernidade é possível contestá-lo na sua pretensão de universalidade e exclusividade, abrindo espaço para acreditar na concepção e práticas democráticas contra-hegemônica.

A utopia abrirá o conhecimento emancipatório e irá consolidar a sua trajetória epistemológica, do colonialismo para a solidariedade (Sousa Santos 2000, p. 330). Neste paradigma, os princípios de autodeterminação interna e externa têm importância de igual teor. Tenderão a desaparecer as distinções entre cidadão e não cidadão, entre imigrantes e nacionais e, com isso, a cidadania, tal como as nacionalidades, tenderão a ser plurais. No espaço mundial a dimensão de providência social do Estado tem como base assegurar a experimentação com novas formas de sociabilidade internacional e transnacional, incluindo governos locais transnacionalmente articulados em rede. As propostas apresentadas pelo autor visam a uma experimentação social como formas alternativas de sociabilidade. A essas formas alternativas de sociabilidade compete ao Estado garantir a experimentação, residindo nessa função a sua natureza de providência

social. A experimentação social é também uma *autoexperimentação* e *autorreflexividade*. Temos assim a solidariedade em Boaventura de Sousa Santos baseada em proposições que visam transformação nas relações sociais locais, se ampliando na medida em que vai sendo reconhecida como outro mundo possível. Trata-se de uma proposta emergente, urgente...

Já para Touraine (1988), o sujeito hoje debate-se para se proteger e isso significa proteger os seus, aqueles pelos quais guarde profunda afinidade. Sabe que precisa ser forte e por isso não pode se fechar e nem se abrir demais:

É preciso superar, de um lado, o mercado e, de outro, a comunidade, pois ambos são armadilhas para a plena realização do sujeito... A reivindicação dos direitos culturais diz respeito a coletividades, mas novidade é que grupos definidos em termos de nação, etnia ou religião, que só tinham existência na esfera privada, adquirem agora uma existência pública às vezes suficientemente forte para questionar sua pertença a determinada sociedade nacional... É o direito a ser diferente, que significa: aquilo que cada um de nós exige, e, sobretudo os mais dominados e os mais desprotegidos, é ser respeitado, não ser humilhado e até, exigência mais ousada, ser escutado – e mesmo ouvido e entendido (TOURAINÉ, 2008)

Esse sentimento de sujeito não é privilégio das classes médias. Aquilo que assegurava a identidade como ordem religiosa, política ou social provou ser algo manipulador e repressivo. Só lhe resta “o *Eu* que está mais reflexivo e capaz de dizer estou vivo” e procura condições para ser ator da própria história. No caso dos sujeitos em vulnerabilidade social, são perceptíveis como eles selecionam aqueles que dizem desse sofrimento e demonstram estar tratando da divisão e da perda de identidade e o convidam não a entrar para uma grande causa, mas antes de tudo reivindicar o seu direito à existência individual. Os atores devem ter a percepção desse sofrimento do indivíduo e criar canais para que o desejo de ser sujeito possa se transformar em capacidade de ser ator social, combinando a defesa da identidade cultural com a participação no sistema econômico e político, tornando-os capazes de uma ação coletiva e de um movimento social.

Essa postura supõe a abertura da comunidade e a reconstrução, além do mercado, de um sistema alternativo de produção e comercialização. Somente por meio de ações coletivas é possível a reconstrução do sujeito. Nesse sentido, sujeito é vontade, resistência e luta, e não mais experiência imediata de si mesmo e nem há movimento social possível fora da vontade de libertação do sujeito tornado ator social, que deve ser descoberto a partir da experiência e das vivências do sujeito. A identidade do sujeito só pode ser construída por três forças que se complementam: a) o desejo pessoal de

salvaguardar a unidade da personalidade dividida entre o mundo instrumentalizado e o mundo comunitário; b) a luta coletiva e pessoal contra os poderes que transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria; e c) o reconhecimento interpessoal e também institucional do outro como sujeito (Touraine, 1998).

Nesse entendimento não há solidariedade se o sujeito não se reconhecer como tal e não reconhecer o outro como também sujeito. Jamais se procura o outro se não se valoriza a si mesmo, se não há reconhecimento. É aí que entre a educação preparadora da força que compreende que os sujeitos precisam se encontrar e atuar cooperadamente.

Em outras palavras, a economia solidária já se constitui em algumas repostas e, quando pensada junto à ideia de desenvolvimento, pressupõe-se entender que a sustentabilidade terá que ter por base as vivências sociais, econômicas, culturais, políticas e ecológicas; no entanto, a questão maior para ser entendida é o próprio homem em suas relações sociais.

Conclusão

Sem este entendimento, sem despertar a solidariedade que existe em cada ser humano, o indivíduo não se abre, não fala, não participa. Sem isso, não há democracia. Nenhum ser humano pode viver sozinho, fora de qualquer comunidade. Pertencer a grupos sociais, da família à sociedade planetária, é um princípio não apenas de nossa sobrevivência material, mas também de nossa identidade, de nosso desenvolvimento intelectual, de nosso equilíbrio afetivo. No entanto, não podemos imaginar ações solidárias em indivíduos municiados de sofrimentos individuais e misérias.

Precisariam, antes, ter sua liberdade substantiva garantida: alimento, renda, educação e saúde, para que sejam aproveitadas as oportunidades econômicas, a liberdade de escolhas, as facilidades sociais, as transparências e a segurança. *O caminho entre liberdade e responsabilidade é de mão dupla.* Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não pode ser responsável por fazê-la. Mas ter efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa impõe à pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido, a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade (Sen, 2000, p.321/320).

Dissemos aqui que a economia solidária é um garante a estas liberdades substantivas. Os atores sociais em vulnerabilidade social não estão neste movimento

voluntariamente. Estão ali por trabalho de quem despertou para a consciência coletiva, por compreender a necessidade de um mundo novo diferente do capitalismo. Estes atores estão preparados culturalmente para essa ação com o outro, sem confiná-lo, colonizá-lo e, ainda, ao mesmo tempo, senti-las nas dimensões de sujeito cooparticipante de uma mesma realidade.

A *Teoria da Ação Comunicativa* de Jürgen Habermas, faz um redimensionamento da noção de democracia da pragmática dos sistemas estruturais trazendo-a para o diálogo, a cultura de falar para entender e fundar uma razão pública. As atividades e os métodos, dos atores devem se basear no esforço para constituição de diálogos instauradores de acordos mútuos, de mútuas compreensões e de construção coletiva de processos decisórios que os próprios atores envolvidos têm que implementar.

A *Sociologia das Emergências* e o *Conhecimento Prudente* de Boaventura de Sousa Santos, nos provocou a criar compreensões de que as situações dos atores sociais são de ansiedade premente e de que essas mesmas ansiedades contêm em si a forma e o germe para se propor alternativas de viver, trabalhar e distribuir rendas. A própria Economia Solidária já traz em si experiências do campo alternativo ao capitalismo. Isto é tornar a economia em uma forma de socialização e cidadania, pois, na medida em que vai dando certo a participação, a coexistência e a complementaridade vai motivando cada vez mais a participação, tornando-se em novíssimo movimento social, implementando o experimentalismo democrático.

A teoria dos *Direitos Multiculturais* de Alain Touraine, se insere aqui na perspectiva de que somente existirá democracia forte se tivermos indivíduos fortes. Ou seja, não adianta trabalharmos com esses atores sociais esquecendo que é a identidade deles que se encontra dilacerada. É preciso construir mediações para que eles se sintam sujeitos e vejam o outro como também sujeito e assim, juntos, possam se integrar em um movimento societal para refazer seus laços sociais.

Em termos de resultado, percebemos que os atores locais que atuam na economia solidária, especialmente a governança local, apresenta-a como capaz de combinar colaboração solidária com mercado autorregulado, ou fazer da economia solidária um projeto de desenvolvimento local. Os atores intelectualizados partem suas análises de um contexto de vulnerabilidade social e exclusão a definem como uma metodologia e como uma tecnologia social que busca gerar trabalho e renda, exercendo assim uma função dentro do sistema capitalista, a de corrigir as disfunções do próprio sistema ou maturando avanços culturais para criar imagem de outro mundo possível. Entre estes, há os que partem da constatação da ineficácia do sistema capitalista em gerar bem-estar social conduzem a economia solidária por caminhos de contestação da ordem social vigente (globalização capitalista) e defendem sua organização em redes mundiais (globalização solidária) pronunciando-a, para além de prática econômica alternativa a exclusão gerada pelo sistema, como um novo modo de produção, ambientalmente sustentável e socialmente justo, antagônico ao modo de produção capitalista. Já os trabalhadores com os materiais recicláveis sentem-se encantado com as possibilidades da Economia Solidária, as pequenas experiências e os diálogos com os apoiadores lhes projetam belas expectativas, porém entendem que não avançarão se não tiverem do Estado e as organizações de apoio. Sabem as dificuldades de toda a ordem que permeiam seu mundo de necessidades, o que atrapalha a organização e o trabalho cooperado e autogestionário. Verificamos que, de fato, há muitas potencialidades educativas e cidadãs nas experiências dos trabalhadores envolvidos na economia solidária. Em termos processuais, as grandes dificuldades encontradas pelos sujeitos que trabalham no campo da economia solidária, que embora identificados com formas alternativas de viver e trabalhar percebe o processo de apropriação da cultura auto-organizativa, colaborativa para resultados solidários estão acima de suas possibilidades dos sujeitos em vulnerabilidades sociais. Dificilmente eles conseguem imaginar outra lógica produtiva e distributiva que possa diferenciar-se da lógica capitalista. O caminho é longo, mas o que nos resta é caminhar.

Referências.

BARCELOS, Eronita Silva. RASIA, Pedro Carlos. SILVA, Enio Waldir da. **Economia Solidária: Sistematizando Experiências**. Ijuí. Ed. Unijuí, 2010.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O direito na sociedade complexa**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

CRUZ, Antônio. **A Acumulação Solidária: os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital**. UFPEL - Universidade Federal de Pelotas, 2006

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Teoria e Práticas em Economia Solidária: Problemática, Desafios e Vocação**. Palestra pronunciada em ocasião do V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE. Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006 – PUCRS

DAGNINO, Evelina. “**Sociedade civil, participação e ciudadanía**: de que estamos falando?” In: Daniel Mato (Coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. 2004.

DUVIGNAUD, Jean. **A Solidariedade** - laços de sangue, laços de razão. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

FRANTZ, Walter. **Considerações Gerais sobre Economia Solidária**. Apontamentos de Aula, embasados em textos de Euclides Mance e outros. Unijuí. Ijuí, 2008.

FRANTZ, Walter. **Organizações solidárias e Cooperativas: espaços de educação e bases da Economia Solidária**. Ijuí/RS: Unijui, 2008.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento participativo e esfera pública** – elementos para um debate conceitual. In: FISCHER, Nilton Bueno; MOLL, Jaqueline (Org.). *Por uma nova esfera pública – a experiência do orçamento participativo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GAIGER, L. I. G. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **A solidariedade como alternativa econômica para os pobres**. Contexto e Educação. Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995

HABERMAS, J. **Mudanças estruturais da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

---**Teoría de La acción comunicativa**– racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1999. V. 1 e 2.

MANCE, Euclides André. **Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global**. In: MANCE, Euclides André. **A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. SP. Ed. Contexto, 2003.

SILVA, Enio Waldir da. **A Solidariedade Educa - Ações da Universidade na Economia Solidária**. Anais do Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária e 3º congresso da Rede ITCPs (Rede de Incubadora Universitárias Tecnológicas e Cooperativas Populares). Porto Alegre, Março de 2011.

SILVA, Enio Waldir da. **Apontamentos sobre as Dimensões Assumidas no Conceito de Solidariedade que Orientam as Ações em Economia Solidária**.

SILVA, Enio Waldir da. **Sociologia Jurídica**. Ijuí/RS: Unijui, 2012. SILVA, Enio Waldir. **Esfera pública, Cidadania e Gestão Social**. Ijuí/RS: Unijuí, 2011

SOUSA SANTOS, Boaventura (Org). **Democratizar a democracia** – os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

-----**Conhecimento prudente para uma vida decente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TOURAINÉ, Alan .**Podemos viver juntos?** Iguais e Diferentes. Petrópolis (RJ): Vozes,1997

SITES INTERESSANTES

<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acessado em 04 de março de 2012.

www.expocataadores.com.br. Acessado em 19 de outubro de 2011.

www.lixo.com Acessado em 19 de outubro de 2011.

www.mnrc.org.br. Acessado em 19 de outubro de 2011.

www.polis.org.br. Acessado em 19 de outubro de 2011.

www.revistapesquisa.fapesp.br. Acessado em 19 de outubro de 2011.

www.redeitcps.org.br. Acessado em 19 de outubro de 2011.